

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NO BRASIL

Denise Gama da Silva – UFAC
denisegama0@gmail.com

Ademárcia Lopes de Oliveira Costa – UFAC
ademarcia.costa@ufac.br

INTRODUÇÃO

A trajetória que a educação especial na perspectiva da inclusão percorreu nas últimas décadas tem sido marcada por avanços significativos rumo a efetivação da política de inclusão, e nesse sentido, não podemos deixar de destacar uma figura que exerce papel fundamental no que se refere à esses avanços e transformação das teorias em práticas educativas, no caso a figura do professor. A importância do professor no processo de democratização da escola é incontestável e imprescindível para a construção de uma comunidade escolar que busca promover em seus espaços práticas que contemplem os ideais constitucionais de igualdade para todos os alunos matriculados no ensino regular.

Os avanços no processo de inclusão vêm sendo uma forma de corrigir os retrocessos relacionados às pessoas com deficiência não somente no Brasil, mas também em outros países através de leis que associadas às práticas pedagógicas tornam esse processo menos complexo. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo apresentar a importância que o professor do ensino regular exerce na efetivação das políticas educacionais inclusivas através das suas práticas pedagógicas. Muitos são os desafios que os profissionais da área educacional enfrentam para tornar o processo inclusivo mais eficaz, a começar pelo seu fazer enquanto docente, pois, as dúvidas, inseguranças e muitas vezes o despreparo (por mais ultrapassado e inaceitável que seja) acaba colaborando negativamente para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

A metodologia adotada parte de uma pesquisa qualitativa, de natureza

aplicada, quanto aos objetivos descritiva, quantos aos procedimentos, bibliográfico. Foi utilizados autores como Mantoan (2015), carvalho (2010), Freire (1996), dentre outros que deram sustentação as ideias aqui expostas.

A pesquisa torna-se relevante por ser uma temática necessária para a construção de um espaço escolar inclusivo, e por proporcionar reflexões sobre a inclusão através de outra ótica que vai além da teoria, às práticas facilitadoras da aprendizagem.

PRÁTICAS DOCENTES INCLUSIVAS COMO PARTE DA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Dentro do grupo das pessoas que por longos períodos foram esquecidos, excluídos e por vezes marginalizados, destacamos aqueles que apresentavam alguma deficiência. A vivência dentro de uma sociedade que não aceitava o “diferente”, e/ou que não permitia que as pessoas com deficiência ou qualquer outra limitação estivessem inseridos nos mesmos espaços que os ditos “normais”, ocasionaram em profundas desigualdades sociais.

Sobre a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional, observamos que grande maioria dos autores que se aprofundam nessas questões, afirmam que por muito tempo, os alunos caracterizados como minorias deixaram de frequentar as escolas. Kassar (2011, p. 62) destaca que anterior ao ano de 1854 quando surgiram os primeiros espaços para atender esse público, “não havia nada consolidado sobre educação para as pessoas com deficiência no Brasil”, inicialmente este segmento foi sendo construído aos poucos em lugares não pertencente aos espaços públicos. Para Mendes (2010, p. 94), o “marco histórico da educação especial no Brasil tem sido estabelecido no período final do século XIX”.

Em termos de políticas educacionais que contemplassem as pessoas com deficiência no âmbito escolar brasileiro os avanços foram vistos de forma mais intensa a partir dos anos 1990, quando a inclusão foi fortemente questionada. É importante destacar que anteriormente aos anos 1990 quando

a inclusão passou a ser um fator fundamental na sociedade brasileira, já havia algumas leis e movimentos que assegurava alguns direitos fundamentais para as pessoas com deficiência, porém, com o ideário voltado para os princípios da integração, e segregacionista.

Essa nova visão de ofertar educação para as pessoas com deficiência no Brasil a partir da década de 1990 foi fortemente influenciado por movimentos internacionais que marcaram positivamente a década de noventa e nortearam as futuras legislações sobre educação especial e inclusão escolar: Conferência de Jomtien (UNESCO, 1990), Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), Convenção de Guatemala (UNESCO, 1999).

Esses movimentos influenciaram alguns aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), reforçando o direito de todos aos processos escolares. O texto da nova LDB/1996 apresentou o Capítulo V destinado a Educação Especial, e trouxe avanços, principalmente por propor atendimento educacional especializado nas escolas de ensino regular, e assegurar que as escolas criem novas formas para incluir as pessoas público alvo da educação especial em seus espaços através de currículos, métodos, técnicas e recursos, assim como professores com especializações para trabalhar diretamente com esse público.

As últimas atualizações em leis para garantir que o aluno com deficiência seja de fato incluído nos espaços escolares estabelecem alguns critérios, desta forma, a formação inicial e continuada é um ponto fundamental para a consolidação desse processo. Os conhecimentos adquiridos em cursos auxiliam os professores nas suas práticas dentro de sala de aula, neste sentido, Freire (1996) chama a atenção para o papel que o educador democrático desempenha na escola, e destaca que o mesmo em suas práticas docentes precisa reforçar a capacidade do educando em desenvolver suas curiosidades e a insubmissão.

A mudança na forma de ensinar é essencial e pode ser feita através de uma reorganização e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem como forma de romper com as velhas práticas educacionais da escola tradicional. Freire (1996) enfatiza que durante os processos educativos é

necessário que os professores façam reflexões críticas sobre as suas práticas, isso pode ressignificar a sua visão de como está realizando o seu trabalho, identificar os erros e acertos e assim propor novas estratégias de ensino que possibilite no melhor desempenho dos alunos em sala de aula.

Quando falamos em ressignificar as escolas e as práticas pedagógicas, Mantoan (2001) destaca que as escolas são as incubadoras do novo, e para que ocorram as mudanças educacionais é fundamental que se repense a prática pedagógica, tendo como eixos a Ética, a Justiça e os Direitos Humanos. É através dessas novas concepções de ensinar, de reformular quantas vezes necessárias o seu modo de colaborar com o crescimento individual dos alunos que o professor do ensino regular trona-se um agente transformador de vidas e participa ativamente da inclusão das pessoas público alvo da educação especial nas escolas comuns.

CONCLUSÃO

O processo de inclusão é complexo, mas não impossível, aos poucos está sendo efetivado através de políticas públicas inclusivas que associadas às práticas docentes dos professores têm mudado a realidade de milhares de pessoas que viviam às margens da sociedade. Mas, Se hoje as escolas estão assentadas em ideais democráticos, todos os alunos aprendem juntos e a escola conta com uma melhor organização em suas modalidades de ensino, estruturas, quadro profissional, dentre outros, é consequência das várias mudanças que o sistema educacional brasileiro passou nas últimas décadas.

Os movimentos internacionais foram responsáveis por propor essas mudanças, principalmente em apresentar comprometer dos governos com a finalidade de mudar as estruturas e bases da educação nacional. Ainda há muito que avançar em termos legislativos, porém, o que foi construído até hoje serve de incentivo para buscar cada vez mais espaços que valorizem a diversidade a diferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários às práticas educativas**. São Paulo, 1996.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães: **educação especial no brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade, 2006**.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO: Jomtien, 1990